

ENTREVISTA

Para Rabello, ajuste tem de ser de R\$ 45 bi

Economista do Instituto Atlântico diz que esforço fiscal teria de ser acompanhado por um pacto com a população: redução de R\$ 3,00 em gastos públicos para cada R\$ 1,00 em mais impostos

JÔ GALAZI

RIO – Um pacto entre a população e o governo, pelo qual para cada R\$ 1,00 a mais que os brasileiros viessem a pagar em impostos o governo cortaria R\$ 3,00 em despesas. Essa é a proposta que o economista Paulo Rabello de Castro, vice-presidente do Instituto Atlântico e sócio da empresa de avaliação de risco SR Rating, tem para tirar o País do atoleiro em que está entrando – e no qual pode afundar cada vez mais, a despeito de todas as boas intenções do governo. Ele afirma, por exemplo, que

não adianta o governo iludir-se e acreditar que, com um esforço fiscal, ou seja, uma economia de R\$ 25 bilhões, vai conseguir sanear as contas públicas, livrar-se de assédios especulativos e reencontrar o caminho da expansão da econômica.

O Brasil, garante, precisa fazer uma economia de pelo menos R\$ 45 bilhões, equivalente a 5% do Produto Interno Bruto (PIB) do ano que vem e somente com um pacto como o que propõe pode carrear tal quantidade de dinheiro. Sem isso, diz ele, também não haverá muitas chances de baixar as taxas de juros, que em 1999 vão transformar-se em um apavorante sorvedouro de recursos públicos, além de um obstáculo praticamente intransponível para o cumprimento das metas de equilíbrio fiscal.

Pelos seus cálculos – que ele próprio considera módicos –, caso o ajuste não se situe em R\$ 45 bilhões, na melhor das hipóteses, a conta de juros vai representar no ano que vem cerca de 9,5% do PIB, ou seja, nada menos do que R\$ 84,4 bilhões. Deixar de fazer o ajuste nas proporções que recomenda, explica ainda, acabará levando o governo a fazer uma desvalorização abrupta do real, empobrecendo todo o País, por muito tempo.

Estado – O senhor considera possível ao governo fazer um esforço fiscal de R\$ 25 bilhões, cortando gastos, elevando impostos, etc?

Paulo Rabello de Castro – É bom que seja. A unanimidade dos economistas aponta para o lado fiscal como o grande tendão-

de-aquiles da política econômica. Só há diferença de ênfases. Há os que acham que o principal artifício de modificação da situação atual está na desvalorização do câmbio e colocam o ajuste fiscal como sendo subjugado ao cambial. Nós temos visão oposta. Consideramos que o esforço fiscal foi o que sempre esteve faltando, e precisa ser feito, inabavelmente.

Estado – Mas o corte de R\$ 25 bilhões seria suficiente?

Paulo Rabello – Não. As contas que não têm sido veiculadas indicam o seguinte: a dívida pública consolidada líquida (interna e externa), no fim de dezembro, deverá estar em aproximadamente R\$ 375 bilhões. Se muito modificarmos 22,5% como juros médios para o ano que vem e não descontarmos o fato de que existe um processo cumulativo durante o ano de 99, chegaremos a uma con-

ta de juros de R\$ 84,4 bilhões. E isso é módico, porque não estou considerando juros sobre juros e estou supondo que a taxa de juros possa cair substancialmente no final do período, de modo a compensar a taxa que com certeza estará acima de 25% em janeiro e fevereiro. O que pagaremos em juros vai representar aproximadamente 9,5% do Produto Interno Bruto (PIB) de 99, que podemos estimar em cerca R\$ 890 bilhões, já que no ano que vem a economia estará no mínimo estagnada. Se o esforço fiscal resultar em um ganho de 3% do PIB, em termos de superávit primário, que não inclui juros, estaremos falando de um esforço insuficiente.

Estado – De quanto precisaria ser a economia?

Paulo Rabello – Estamos na undécima hora de um divisor de águas entre uma crise extraordinariamente profunda versus uma crise dura que se reverterá em confirmação do País como nação madura que consegue organizar-se, mesmo diante de um stress muito grande. Entretanto, os números são agressivos. E muito mais agressivos do que parecem à primeira vista. Um ajustamento de 2,5% a 3% do PIB é insuficiente. Teria de ser um esforço de 5%, ou R\$ 45 bilhões. Ou se-



Rabello: "Empréstimo compulsório poderia fazer os recursos voltarem – voltarem mesmo – à população"

ja, quase o dobro do que o governo diz que vai fazer.

Estado – Mas como chegar a tanto?

Paulo Rabello – Proponho um pacto, que podemos chamar de 3 por 1, segundo o qual para cada R\$ 1,00 em impostos a mais que os cidadãos pagassem o governo compensaria cortando R\$ 3,00 em suas despesas. Ou seja, os cidadãos entrariam com 1% do PIB em esforço fiscal, com o pagamento de impostos extraordinários, que somariam quase R\$ 9 bilhões. E o governo federal cortaria 3% do PIB em seus gastos, portanto quase R\$ 27 bilhões. Uma comissão independente e especializada, nomeada pelo Congresso Nacional, faria a verificação do cumprimento do pacto. E haveria mais 1% do PIB, mas que não consta do título do pacto, que seria a contribuição de estatais, Estados e municípios. Estes últimos entrariam com 0,5% de superávit primário e as estatais com o 0,5% restante. Seriam, portanto, os R\$ 45 bilhões de economia indispensável. A conta final deste esforço seria equivalente a 5% do PIB. Indiretamente ainda se poderia economizar o equivalente a mais 1% do PIB em juros: quanto mais bem-

sucedido for o anúncio do pacto, o início da sua aplicação e a rapidez de percepção do seu sucesso, mais rápida será a reação do investidor em aceitar uma diminuição no nível dos juros, o que permitiria baixar do nível de 9,5% do PIB a conta de juros a ser paga pelo governo no ano que vem.

Estado – Uma elevação da alíquota da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), de 0,20% para 0,30% – que o governo não des-

carta –, proporcionaria uma arrecadação extra de cerca de R\$ 4 bilhões. De onde viriam os outros quase R\$ 5 bilhões em impostos extraordinários sugeridos pelo senhor?

Paulo Rabello – O governo poderia cogitar desde um aumento extraordinário da alíquota

do Imposto de Renda até um empréstimo compulsório, como uma maneira de fazer esses recursos voltarem mais à frente à população – mas voltar mesmo. Naturalmente, o empréstimo compulsório teria de ser calculado com base nas arrecadações das pessoas física e jurídica do ano corrente. Assim, se identificaria melhor a capacidade contributiva dos participantes do pacto. Por

outro lado, alguns impostos, como aqueles que recaem sobre combustíveis, também se mostram como candidatos naturais, tendo em vista o caráter disseminado da sua aplicação. Nenhuma destas alternativas é bem-vinda pelo contribuinte e eu mesmo nunca achei que o governo devesse dar prioridade a aumento de impostos, mas vejo essa contingência como sendo um tudo ou nada.

Estado – Ao governo federal caberia cortar R\$ 27 bilhões. O senhor acha que ele consegue? Não é demais?

Paulo Rabello – Pensando-se no total do orçamento federal, que é de cerca de R\$ 200 bilhões para 99, o corte ficaria em torno de 13% do orçamento. Quando se fala em R\$ 27 bilhões em um total de R\$ 200 bilhões, a cifra se torna muito mais palatável do que quando encarada como um valor absoluto. Portanto, não é impossível. O corte poderia ser de 13% de tudo, sem exceção, ou poderia ser não-linear, a partir de escolhas. É óbvio que, quanto mais competente for a administração do orçamento, mais fácil será cortar 100% de gastos efetivamente supérfluos.

Estado – Estes R\$ 27 bilhões

podem ser cortados com pouco impacto sobre o nível de atividade do País?

Paulo Rabello – No primeiro momento, causariam uma certa diminuição no ritmo do consumo, o que, aliás, é bem-vindo, na medida em que o déficit em conta-corrente tem de cair expressivamente no próximo ano. Isso significa dizer que uma parcela da população deve dar uma contribuição mais preponderante na diminuição dos seus dispêndios em divisas – ou seja, em suas viagens ao exterior, importações de bens de consumo, incluindo de consumo durável, como automóvel. Também se pode pensar em uma redução temporária de importação de máquinas e equipamentos que, aliás, já está ocorrendo. Mas, é bom frisar, tudo isso como consequência natural da situação.

Estado – Um ajuste nestas proporções afastaria o risco de em algum momento o governo ter de fazer uma desvalorização cambial?

Paulo Rabello – Sem dúvidas. Uma desvalorização cambial abrupta teria efeitos distributivos extremamente graves. Em outras palavras, um esforço fiscal escolhe quem paga a conta e estabelece um processo controlado de retorno do País à sua realidade econômica e orçamentária. Já um empobrecimento via desvalorização da moeda obtém relativamente o mesmo resultado pelo lado da conta corrente com o exterior, mas espalhando uma série de grandes danos sobre o poder de compra da maior parte da população. E haveria um efeito financeiro terrível sobre a divi-

da externa, que está hoje nas mãos do setor produtivo. O desastre, portanto, seria muito maior e mais disseminado do que nos anos 80 e teria impacto nas decisões de investimento em 1999 e no ano 2000. Deixaria mais frágeis até alguns pilares do nosso sistema financeiro. Embora os nossos acompanhamentos na SR Rating mostrem claramente que os bancos brasileiros têm procurado preservar ao máximo o casamento entre passivos e ativos em moeda estrangeira, não há segurança de que, no impacto de uma desvalorização abrupta, a capacidade dos devedores dos bancos em moeda estrangeira em honrar seus compromissos teria a mesma fluidez e velocidade que os vencimentos enfrentados pelo sistema bancário.

IMPACTO DA DESVALORIZAÇÃO DO REAL SERIA MAIOR E MAIS DISSEMINADO DO QUE O DESASTRE DOS ANOS 80

SEM O AJUSTE NECESSÁRIO, O GOVERNO TERÁ DE PAGAR R\$ 84,4 BILHÕES EM JUROS EM 1999